

Rogério Miguel Puga

O essencial sobre

O ROMANCE HISTÓRICO

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

1

PARA UMA DEFINIÇÃO DE ROMANCE HISTÓRICO

A história é uma ficção controlada.

AGUSTINA BESSA-LUÍS, *Adivinhas de Pedro e Inês*, 1983: 224.

Tentar definir o romance histórico leva-nos obrigatoriamente para o campo da História e da ficção, uma vez que o subgénero supõe a existência de referentes extratextuais verificáveis que sustentam parte da rede de significações do texto ficcional. Uma definição de índole narratológica do conceito de romance histórico deve partir da ponderação entre o romance como género e a História como fenómeno capaz de ser textualmente representado (Reis e Lopes, 1994: 369), relacionando-se a especificidade do subgénero também com a propen-

são narrativa da historiografia. Roberts (1991: 3), advogando que a carga negativa que rodeou o subgénero se prende com uma visão pejorativa do hibridismo que o singulariza, afirma que o romance histórico se caracteriza pela consciencialização da diferença temporal entre o processo presente da representação e a realidade pretérita representada, que é actualizada pela poética da ficção, abarcando a definição também os binómios facto/ficção e passado/presente.

McEwan (1987: 25 e 184) caracteriza igualmente o subgénero como híbrido, defendendo, ao abordar o conceito de «romance não ficcional», que o termo sinónimo *faction* (*fact* + *fiction*) é insatisfatório, pois todo o romance é ficção, ou seja, apesar de os acontecimentos históricos fazerem parte da intriga, esta é fruto da imaginação criativa do romancista, concluindo: «The history and the fiction cannot be judged apart, and this sort of writing will never satisfy purists.» Manzoni (1984: 72-74), autor do romance histórico *I promessi sposi* (1827), numa abordagem historicista do subgénero, considera que a verdade factual é incompatível com a

ficção, afirmando que a História nos apresenta acontecimentos que apenas são conhecidos do «exterior» (23), pois as palavras, o pensamento e os sentimentos humanos permanecem em silêncio, tornando-se, portanto, domínio da poética. De acordo com Lascelles (1980: 113-135), a «história fictícia», ou seja, a (re)criação de um acontecimento histórico que nunca aconteceu, descreve «aquilo que poderia ter sido».

Para além de marcadores da passagem do tempo, os episódios históricos, tal como as personagens com referentes ou ecos históricos e as referências a figuras históricas, estabelecem uma relação profunda entre a acção do romance e o período e os factos históricos ficcionalizados, exigindo o contrato de (co)interpretação do leitor informado competência literária e cultural no que diz respeito ao contexto histórico da acção, para que possa ser feita uma leitura profunda dos subtextos históricos/historigráficos que também constituem o universo ficcional, uma vez que a presença da História no romance não pode ser totalmente ignorada, em prol de uma leitura da obra como fruto apenas do poder

criativo que dá lugar à ficção. Fleishman (1972: 8), Wesseling (1991: vii) e Vanoosthuyse (1996: 15, 63) também caracterizam o subgénero como híbrido devido à relação metafórica que a intriga estabelece com os acontecimentos históricos. A natureza híbrida veicula assim a dimensão dupla do romance histórico, como a própria designação indica: uma narrativa ficcional em que os elementos espaço-temporais específicos de uma dada época são predominantes, surgindo da fusão ou do jogo premeditado de interpenetração destas duas esferas, e, como afirma Carlos Ceia (1998: 69-70), nenhuma das visões desses textos é cientificamente histórica, pois o autor não consegue, premeditadamente, fugir ao comentário ficcional dos factos narrados, enquanto um historiador não pode falar da hipocrisia dos factos e das ideias de figuras no passado, uma vez que tal prerrogativa pertence ao romancista, temática também abordada por Ricoeur (1981: 165-186).

A representação da consciência e do tempo históricos como realidades extraficcionais e passíveis de serem ficcionalizadas e caracterizadas é o

ponto de partida crucial para a definição da ficção histórica, questão intimamente relacionada com as fronteiras que separam a realidade da ficção e com «o que só os romances podem dizer» (Scarpetta, 3-2003: 30), daí que Cowart (1989: 6) defina romance histórico com base na proeminência do passado e na consciência histórica manifestada através da acção e das personagens, enquanto, para Lascelles (20) e Block (1970: 3), a inter-relação entre ficção e História demonstra o poder de incentivo dos romancistas, uma vez que os factos históricos podem ser posteriormente investigados pelo leitor. Maria Alzira Seixo (2004: 231-241), ao abordar a questão, resume essas relações a partir de quatro perspectivas de trabalho, a saber: 1) através da história literária (captação do sentido evolutivo dos modos de escrever, ler, ensinar e difundir a literatura); 2) através da interdisciplinaridade que convoca o conhecimento da História e da Literatura, entendendo os estudos literários como intersecção do espaço das ciências da linguagem e dos estudos de estética com o das ciências históricas, ou seja, o estudo do relacionamento entre

a poética (cenos de efabulação) e a historicidade (cenos de convocação histórica); 3) através do estudo da História em geral entendida como memória de um passado humano colectivo passível de ser reconstituída e alterada verbalmente e, portanto, tema ou motivo de textualização literária; 4) através da acepção da História como movimento accional de um texto, como intrincado de problemas e actuações, como intriga ou efabulação, pois contar uma história é remeter para situações idênticas que se reportam a um mundo «real» (circunstancial) e ao imaginário da memória comum. No âmbito do presente estudo, interessam-nos sobretudo estas três últimas relações entre Literatura e História, ou seja, a História quer como efabulação quer como estratégia, temática ou motivo literário.

O tema da mudança social, característico do romance histórico, é recorrente em narrativas sobre revoluções ou períodos de tumulto social, como, por exemplo, *A Restauração: Grande Romance Histórico Original* (1903), de Faustino da Fonseca, indo as constelações temáticas e articulações semânticas do subgénero muito para além da «eficá-

cia do detalhe» (Sanders, 1978: 26) minimizada por Lukacs (1965: 39-48) quando defende que o romance histórico pode representar um processo histórico ao generalizar e concentrar a descrição de factos e acontecimentos. O passado histórico apenas é acessível através de fontes e documentos, daí o facto de a temática da investigação em arquivos ser recorrente, não deixando os narradores de salientar a natureza predominantemente ficcional do texto, ao referir «as liberdades da invenção» (Rebello da Silva, *Contos e Lendas*, s. d. [1860]: 182) e as «asserções fingidas» (Baptista-Bastos, *O Cavalo a Tinta-da-China*, 1995: 121), que visam, até certo ponto, «preencher» ficcionalmente as lacunas da História, como confessa Diogo de Macedo na introdução de *O Cristão Novo: Romance Histórico do Século XVI* (1876: 6), enquanto narradores como o de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (Saramago, 1991: 39) negam, ironicamente, apresentar uma «fraude histórica».

Desde meados do século XIX que os (sub)títulos de romances históricos se autotransformam como tal, por exemplo, *O Rancho de Carqueja: Tentativa*

de Romance Histórico (1864), de António Francisco Barata, e *Um Motim de Há Cem Anos: Crónica Portuguesa do Século XVIII* (1861), de Arnaldo Gama, enquanto outros remetem para a dimensão histórica da intriga [*História do Cerco de Lisboa* (1989), de Saramago]. Os títulos de romances ou novelas históricas remetem quer para conhecidas figuras históricas, como acontece, por exemplo, na *nouvelle historique* de Madame de Lafayette, *La Princesse de Clèves* (1678), quer para a geografia da acção [*O Arco de Santana* (1845-1850), de Garrett; *O Manuelinho de Évora: Romance Histórico (1637)* (1873), de António Francisco Barata, e *O Terramoto de Lisboa* (1874), de Pinheiro Chagas], quer para o tempo histórico [*A Mocidade de D. João V* (1852-1853), de Luís Augusto Rebelo da Silva, e *A Invenção do Mundo* (2004), de Luís Rosa], quer simultaneamente para o tempo e o espaço em que as personagens se movem [*O Descobrimento do Brasil* (1895), de Alberto Pimentel].

Relativamente à relação entre Literatura e História, Sir Walter Scott [1932 (1823): 41-42] chama

- (1981), «The Value of Narrativity in the Representation of Reality», in *Critical Enquiry*, n.º 7: 5-27.
- WOODS, John (1974), *The Logic of Fiction*, Mouton, Haia.
- WOOLF, Virginia (1958), «The New Biography», in *Granite and Rainbows: Essays by Virginia Woolf*, The Hogarth Press, Londres: 149-155.

ÍNDICE

1. Para uma definição de romance histórico	3
2. Cor local e memória enquanto temas e estratégias literárias	35
3. O cariz (auto)biográfico e a recepção do romance histórico (tradicional e pós-moderno)	45
4. Do Romantismo ao Pós-Modernismo	59
Bibliografia	83